



ATA DA DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAD/CONAB

Aos onze dias do mês de março de dois mil e quatorze, às 10h00min, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do artigo 16, inciso 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do senhor **José Gerardo Fontelles**, Presidente, dos senhores **Rubens Rodrigues dos Santos**, **André de Oliveira Bucar**, **Neri Geller**, **Caio Tibério Dornelles da Rocha**, Conselheiros, e, **Luiz Antônio de Castro**, Chefe de Gabinete Substituto, secretariando os trabalhos, teve início a ducentésima quadragésima oitava (248ª) reunião ordinária do Conselho de Administração da Conab. Presente, também, o Sr. Paulo Grazziotin, Chefe da Auditoria Interna, e os Gerentes Sra. Eugênia Maria Maria Rocha de Oliveira e Sr. Marcelo Henrique Coelho. A reunião foi aberta pelo Presidente do Conad, com a leitura da pauta da reunião. **item 1 – Acompanhamento dos atos da Administração e Controle. 1.1) Exame das atas das reuniões da Diretoria Colegiada, destacando assuntos mais relevantes, com comentários. 1.1.1) Atas das 1125ª e 1126ª reuniões:** retifica que nas referidas atas onde se lê: milésima centésima quinta (1.125ª), leia-se: milésima centésima vigésima quinta (1.125ª) e, milésima centésima sexta (1.126ª), leia-se milésima centésima vigésima sexta (1.126ª). Ata 1.127ª - Milho – O Presidente do Conad, Sr. José Gerardo Fontelles, comunicou que tomou conhecimento, através do Presidente da Conab, sobre a produção de milho no Ceará, que é muito preocupante. Em compensação, temos estimativas de maior produção na região do MATOPIBA, de cerca de 5.000 mil toneladas de milho. Foi solicitado pelo Governador um posicionamento de como e quando será efetuado o abastecimento da região. Mas antes de oferecer resposta, está prevista para o dia 21/03, reunião com a Federação dos Trabalhadores e Federação da Agricultura. Estamos trocando pautas, sendo objeto desta, todos os assuntos/problemas relacionados a esses órgãos, para levar informação concreta. O Conselheiro Neri Geller se manifestou dizendo que haverá um crescimento de produção na região, mas a tendência no país é de que haverá, também, aumento no preço, mesmo naquelas regiões onde o Governo compra. Sugeriu ainda, que levasse, novamente, a discussão junto ao Governo Federal, sobre aumentar o preço de venda para a próxima safra. O Presidente José Gerardo Fontelles informou que será realizada uma reunião prévia, junto ao Governo Federal, em cima de uma agenda, para depois ser discutido o preço. O Conselheiro Rubens Rodrigues falou, ainda, sobre a questão do milho, que existe uma questão sobre o pagamento de frete, onde a Conab está sem efetuar os pagamentos desde novembro/2013. Retomando a palavra, o Conselheiro Neri Geller argumentou que o Conad tem que tomar uma decisão em relação a dois pontos que precisam ser resolvidos: pagamento das operações do programa PEPRO aos produtores e o pagamento dos fretes. Expressou dizendo que não podemos continuar com esta situação, após seis meses da colheita da safra passada temos mais de trezentos milhões pendentes de pagamento, o que gera grande desgaste para todo o setor. Salientou ainda que a Conab e o MAPA geraram receitas para o Governo. O Presidente José Gerardo Fontelles disse que precisa de uma agenda, pontuando todos os problemas e as pendências existentes. Mais uma vez com a palavra, o Conselheiro Neri Geller disse ser preciso reunir com o Ministro Mantega e o Secretário Arno para informar que estamos quebrando contratos, que não estamos efetuando pagamento desde dezembro p.passado, compromissos que já deveriam ter sido pagos. Precisamos somar forças para pressionar os órgãos competentes. O Presidente José Gerardo Fontelles expressou que o Estado precisa honrar os compromissos assumidos. O Conselheiro Neri sugeriu que a Secretaria de Política Agrícola – SPA, através de seu Secretário, e a Secretaria Executiva do Mapa devem, juntos, procurar as autoridades competentes para encontrar uma solução para a situação narrada. O Presidente do Conselho apresentará ao Ministro as demandas existentes e os cortes efetuados. **1.1.2) Exame das atas das reuniões do Conselho Fiscal, destacando os assuntos mais re-**



levantados, com comentários. Não há pontos relevantes a serem destacados. **Item 2) Fiscalização da gestão da Diretoria Executiva (Informações da Auditoria Interna e outros órgãos). 2.1) Relatório 2013 – Perspectivas 2014.** Trata de nova exigência legal de performance. Foram convidados os Diretores **Rogério Luiz Zeraik Abdalla** – Diretoria de Gestão de Pessoas – Digep e **João Marcelo Intini** – Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai, para apresentar relatório de suas Diretorias. **2.1.1) Digep** - Acompanhando o Diretor Rogério Luiz Zeraik Abdalla, o Sr. Thiago Lima, Superintendente de Desenvolvimento de Pessoas – Sudep, deu início, informando que a Digep é composta pelas Superintendências: Relação de Trabalho - Suret e de Desenvolvimento de Pessoas - Sudep. Em relação ao **exercício de 2013**, informou as ações executadas, ressaltando que, pela primeira vez, desde a fusão, foi realizada a Avaliação de Desempenho, patrocinada pela Diretoria Executiva da Companhia e executado pela Diretoria de Gestão de Pessoas, com toda metodologia criada e desenvolvida no âmbito da Diretoria da Digep, com um total de 4.400 empregados, sendo elegível um total de 2.857 empregados promovidos. Foram contratados mais 246 novos empregados por conta do concurso público realizado no final do exercício de 2012. Constatado uma alta rotatividade, em torno de 30% (trinta por cento), entre os concursados, motivados pela falta de perspectiva de carreiras e de infraestrutura. Em 2013, comparando com o exercício anterior, aumentou o número de atendimento no SAS, por ocasião do exame periódico. Foram aproximadamente 4000 ações trabalhistas tramitadas na área de Recursos Humanos, sendo que o maior índice ocorreu em função de nível por merecimento, motivado pelos 20 (vinte) anos que a Conab ficou sem realizar avaliação de desempenho. **Perspectivas para 2014.** Será realizado concurso para 400 (quatrocentas) vagas, destinados às Superintendências Regionais. Existem outras duas perspectivas em estudo pela área de Recursos Humanos, sobre o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI e de um novo plano de Saúde, Serviço de Assistência à Saúde - SAS para os empregados. **2.1.2. Dipai** – O Diretor João Intini iniciou se apresentando aos membros do Conselho e, informando que sua atribuição diante dos Conselheiros é efetuar um nivelamento a respeito das medidas tomadas no âmbito ao PAA, particularmente das medidas mais recentes, que são as provenientes dos ajustes necessários, a partir da operação realizada no Estado do Paraná, que estão resultando, favoravelmente, na retomada das operações do programa, após uma paralisação de aproximadamente 6 (seis) meses. Apresentou uma breve reconstituição sobre o PAA a partir de 2003. No decorrer deste período a Conab foi se organizando para melhor gerir o programa, começando pela instalação de área específica na Matriz, a Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar - Supaf; instalação de sistema eletrônico de recebimento de propostas e de acompanhamento; conta bloqueada a partir de 2009, para garantir o cuidado com os recursos financeiros e, em discussão, desde 2010, a criação de área específica da Agricultura Familiar nas Superintendências Regionais. A partir do momento em que o programa cresce muito em dimensão territorial e em valores, passamos a ter uma abordagem que contemple a questão do controle. Foi discutido um plano de acompanhamento e supervisão e, de um plano nacional de fiscalização do PAA. As duas medidas foram realizadas em 2013, internos e externos a Conab, que pudessem, não só fazer o aprimoramento da gestão, mas, também, o indicativo daqueles processos que precisam ser ajustados ao longo da sua execução. Ampla atualização de normativos. Em outubro de 2013, com a operação de fevereiro, abriu-se um outro patamar dentro do PAA, que levou praticamente a suspensão da execução do programa. A partir da operação no Estado do Paraná uma série de deliberações foram tomadas, seja no âmbito interno da Companhia, expedindo comunicações internas, por parte do grupo gestor do PAA, as Superintendências. Além das normas da Companhia, existiam outras recomendações que estavam conduzindo a tramitação do PAA. A partir de janeiro/2014, foi realizado compromisso com o MDA e o MDS, visando buscar nivelamento de procedimentos, acordo estratégico com esses parceiros que financiam o programa, no sentido de reduzir a burocracia do programa, uma vez que não resultou em efetividade. O aumento de normas não resultou na continuidade do programa, mas serviu para dar conformidade às operações. Em janeiro/14 a Conab tinha um excesso de orientação e uma baixa execução. Nessa incongruência optamos por seguir uma linha de enxugar o conjunto de documentos em vigência, passando tudo para o MOC, suprimindo qualquer



outra orientação ou ata que estivesse dando instruções de funcionamento ao PAA. Em janeiro e fevereiro foram realizadas várias reuniões Conab/MDS/MDA, como também, com todos os movimentos sociais, objetivando um acerto de procedimentos, inclusive do ponto de vista político, para que não houvesse ocupações, manifestações públicas, reclamações sobre o PAA. Foi realizado o primeiro esboço de normas. Em 29 de janeiro esse esboço foi passado no grupo gestor do PAA e aprovado. A partir dessa aprovação realizamos, em 03 de fevereiro, reunião com a CGU, apresentando esse conjunto de modificações no programa, onde obtivemos a aprovação para seguir em frente. Será elaborada cartilha didática, de orientações de funcionamento do PAA que será assinado pela Conab/MDS/MDA/CGU, um bom gesto de parceria e de uma condução de procedimentos. Entramos em fevereiro com: acerto de procedimentos; revisão de texto do MOC, particularmente a modalidade de doação simultânea, que foi a que mais apresentou dificuldades operacionais e; um calendário com os 03 (três) estados do sul, não só pela concentração da operação da Polícia Federal, mas porque são os estados que possuem a carteira mais robusta do PAA. Portanto, foi um caminho de reconstrução de diálogo dentro do Governo, uma reconstrução do grupo gestor e movimentos sociais e, a partir dessa reunião com a CGU, considerado o termômetro se o caminho estava correto, reunimos com o CONSEA apresentando essas situações e, também, no grupo consultivo do PAA, que é a reunião de organizações que demandam o PAA, como último ponto de checagem e, em 21 de fevereiro, efetuamos a publicação do MOC no Diário Oficial da União. Foram 30 dias de esforço concentrado na revisão das normas e de cancelamento de uma série de normativos que estavam publicadas e hoje operamos exclusivamente pelo texto do MOC. Até o mês de agosto será realizado novo conjunto de ajustes, no sentido de diminuir a burocracia e de aumentar o controle e transparência, tudo via sistema. Será instituído termo de compromisso entre as entidades que fornecem e que recebem, traremos efetivamente o gestor municipal na execução do PAA. A esfera municipal tem que vir para nossa gestão, pois é onde se decide às questões de abastecimento e segurança alimentar sobre as entidades que fazem parte do sistema único de assistência social. Trilhar os passos e as bases de dados das DAPs, para que seja distribuído responsabilidades. Finalizando, foi criado 03 grupos instituídos por portarias da Presidência da Conab para tratar de atualização e normativos, sistemas informatizados e procedimentos de acompanhamento de fiscalização e supervisão. Nenhuma decisão foi tomada de forma unilateral. Estão sendo mantidos todos os entendimentos necessários com o TCU e a CGU, visando buscar o melhor dialogo possível e dentro da Conab, será realizado em abril próximo, reunião com todos os Superintendentes, Gerentes e Encarregados Regionais do PAA, para realizar mais um ponto de checagem do que foi deliberado e publicado no MOC. Todo esse rito de retomada sem perder conceitos importantes de segurança, controle e transparência. Não queremos quantidade e sim qualidade, compartilhando com o MDS aquelas organizações que não tem como atender as exigências da Conab, que se dirijam ao MDS e façam o termo de adesão ofertado pelo órgão, para lidar com organizações que tem um grau de fragilidade maior. A Conab não executará toda a demanda do PAA. Os projetos terão validade máxima de duração, terão valores máximos a serem contratados, terão abrangência definida para a carteira não perdurar. Não nos interessa projetos que tenha 3 ou 4 anos. Finalizado a vigência será encerrado, cumprido ou não o seu objetivo. Não cumpriu restitui o dinheiro e abre novo contrato. O Presidente José Gerardo Fontelles expressou no sentido de que não adiantava mais realizar auditoria, precisava identificar quais os pontos de fragilidade que precisavam ser atacados e a interação com todos os órgãos que tenham, direta ou indiretamente, participação nesse programa. Agradeceu e parabenizou o trabalho apresentado. O Conselheiro André Bucar comentou, que pelo pouco tempo de Conab, o Diretor se mostrou com muita clareza sobre os problemas, principalmente nas soluções. Formas claras, objetivas e menos burocráticas representam ganho na execução do programa. O que falta é uma maior responsabilidade técnica da Superintendência e, com a reunião que será realizada em abril, que nas modificações do regimento interno, fosse discutido a possibilidade de criar uma área técnica responsável pelo programa, considerado um dos maiores programas da Conab. Parabenizou o Diretor João Intini, pela decisão tomada, sobre a responsabilização dos gestores locais e que os aprimoramentos são necessários. **2.2) CI Audin/Gedop 062/2013 – Relató-**

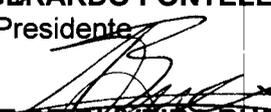


rio Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2013. O Chefe da Auditoria Interna, Sr. Paulo Graziotin, informou que por força da Resolução CGPAR nº 3, a Audin é obrigada a submeter ao Conselho o relatório anual de atividades de Auditoria Interna, relato esse realizado a luz do que o Conselho deliberou no exercício anterior. Solicitou atenção especial para o que consta do item 6.1 da página 10, que vai ao encontro da preocupação do Conselho em relação ao controle das ações judiciais. A Audin havia realizado um planejamento para realizar um trabalho dentro da área jurídica da Companhia. Na busca de uma orientação de como fazer uma Auditoria Jurídica efetuamos contato com a Corregedoria Geral da AGU, na pessoa do Corregedor Dr. Ademar Passos Veiga, considerando que a Audin carece de pessoal do quadro jurídico. Esse Corregedor nos desaconselhou para que não efetuássemos esse trabalho, tendo em vista a falta de experiência para fazê-lo. Naquela ocasião, o referido Corregedor citou um dispositivo legal, que consta do item 6.1 da página 10 do RAIN, que se colocava a disposição da Conab, desde que com aval do MAPA, para fazer na Companhia uma inspeção, em que a AGU com seu quadro de técnicos especializados em direito do trabalho e direito civil, forneceriam um relato sobre a performance jurídica da Companhia. O Dr. Ademar está no aguardo de um posicionamento da Conab e do MAPA. Esse assunto foi relatado num despacho no processo sobre o Porto de Recife e, o nº do processo que trata desse assunto é o 21200.002206/2013-11, e encontra-se com carga para a Cojur. Esse assunto deve ir para o Ministério Supervisor, o quanto antes, para que, com o aval do Sr. Ministro de Estado seja permitido a realização desse trabalho. É muito importante, considerando que estamos na eminência de que na semana que vem, de um posicionamento jurídico, na 5ª Vara Federal, do caso SPAM. Conforme o deliberado nesse caso, pelo judiciário, pode ser que a Conab venha a ser manchete nas páginas de revista. O Presidente José Gerardo Fontelles solicitou ao Presidente da Conab para que encaminhe o processo ao Ministério Supervisor, ainda nesta semana, para manifestação da CONJUR/MAPA sobre a interveniência assistencial da Advocacia-Geral da União (AGU). No encaminhamento ao MAPA deverá ser relatado tudo o que foi exposto pela Audin. O Chefe da Auditoria informou que todo esse relato consta do item 6.1, fls 10 e 11 do RAIN. Item este, considerado o de maior gravidade pelo não atendimento. **2.3) CI Audin 059/2013** – Respostas ao Conad, referente solicitação efetuada na 247ª reunião do Conad, sobre CI Supaf 022/2014 e CI Audin 352/2013. O Colegiado tomou conhecimento do contido no documento, não havendo pontos relevantes a serem destacados. **2.4)** O Chefe da Auditoria Interna solicitou permissão para informar que estão em pleno curso de auditoria de balanço e que, oportunamente, o resultado será apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia. O Presidente José Gerardo Fontelles lembrou que deverá ser apresentado, tanto o relatório das auditorias Internas como a externa. Que o Conad somente se manifestará depois de manifestação da Diretoria Colegiada da Conab. **Item 3) Acompanhamento da execução da orientação geral dos negócios da Empresa. 3.1) Processo Conab 006/1998** – Normas da organização – Regimento Interno – código 10.104 – Alteração do nº do artigo 153 para 156, e de sua redação, conforme Voto Presi nº 037/2013. O Conselho aprovou a alteração. **Item 4) Acompanhamento de contratos e convênios celebrados ou em vias de celebração pela Empresa.** Nada consta. **Item 5) Acompanhamento da execução orçamentária e investimentos da empresa.** O Chefe da Auditoria Interna solicitou a palavra para informar que estão em pleno curso de auditoria de balanço que, oportunamente, o resultado será apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia. A Gerente da Geaud acrescentou que já estão realizando Auditoria Interna. O Presidente José Gerardo Fontelles lembrou a Audin que deverá ser apresentado, tanto o relatório das auditorias internas como externa. A Audin precisa informar ao Conad o que foi visto pela Auditoria no balanço. Antes da aprovação pelo Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada da Conab deverá se manifestar e aprovar. O Conselho Fiscal somente se manifesta após aprovação pelo Conselho de Administração. Por último será encaminhado aos órgãos de controle federal. A publicação do balanço/2013 deverá ocorrer até 30/abril/2014. **5.1) CI Sucon nº 068/2014** – Demonstrações Contábeis mês de dezembro/2013. Não há pontos relevantes a serem destacados. **5.2) CI Sucon nº 122/2014** – Demonstrações do Resultado do Exercício, dezembro/2013. Não há pontos relevantes a serem destacados. **Item 6) Outras Atividades** – Acompanha-



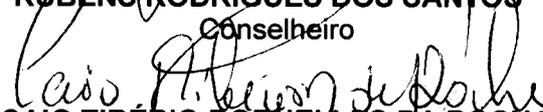
mento e controle das pendências, inclusive quanto a recomendações de órgãos de fiscalização e controle. O Conselheiro Rubens Rodrigues informou que o processo interno da SPAM foi concluído. As outras duas não houve nenhum avanço. **Item 7) Assuntos Gerais.** Assinatura da Resolução Conad, referente à alteração no Regimento Interno com a exclusão de dois Setores da UA Brasília/DF. A Resolução foi assinada. **7.1)** Em vista dos últimos acontecimentos ocorrido no Instituto Conab de Segurança Social – Cibrius, o Colegiado solicitou providenciar encaminhamento de convite ao Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto, para participar da próxima reunião do Conad, com o objetivo de informar o Conselho sobre os fatos. **Item 8) Extra pauta. 8.1) Voto Dipai nº 005/2014 – CI Suret nº 090, de 20/02/2014 – Remuneração de Responsável pela UGP-PNUD/Conab.** O assunto foi retirado da pauta. **8.2) Portaria DEST/SE/MP nº 027, de 12/12/2012 – Regula o encaminhamento e a análise e pleitos das empresas estatais federais sobre a contratação de operações de crédito de longo prazo, patrocínio de planos e benefícios administrativos por entidades fechadas de previdência complementar e política de pessoal, salários, benefícios e vantagens.** Após manifestação da Diretoria da Conab foi assinado pelo Conselho de Administração Declaração de inteiro conhecimento e concordância, acerca da proposta de cisão do Plano Conab (CNPB nº 19.790.0007-19), com as consequentes adequações regulamentares, e simultânea criação do Plano Conab Saldado, e, também, da proposta de criação do Plano ConabPrev. **8.3) Processo nº 21200.00269/2013-32 – Proposta de acordo judicial e extrajudicial para quitar passivo trabalhista – Ofício Presi nº 063/2013.** O Presidente José Gerardo Fontelles informou que o processo foi devolvido a Conab, em vista das diversas considerações efetuadas pelo Sr. Murilo Barela, entre elas, a falta de aprovação pelo Conad. Acrescentou que existe a manifestação do Conselho, mas, que foi observado quando da devolução do processo, de que o mais grave é que não existia do provisionamento de recursos, no valor de R\$300 (trezentos milhões). O Conselheiro André Bucar se manifestou no sentido de que, em novembro p.passado, o Diretor da Digep, Rogério Abdalla, bem como pelo Sr. José Carlos de Andrade, da existência de uma proposta para acordo extrajudicial, a qual acabaria com grande parte das ações trabalhistas, mas, o DEST havia questionado a legalidade do procedimento. O mais importante era efetuar gestões junto a SOF e o Ministério da Fazenda dos recursos financeiros. Retomando a palavra, o Presidente José Gerardo Fontelles informou que o Conselho não pode aprovar sem o provisionamento financeiro. O Conselheiro André Bucar acrescentou que a discussão no Conselho, em reunião passada, era no sentido de consultar o DEST se seria possível esse tipo de acordo, para que pudesse avançar nesse tipo de negociação. A discussão sobre o orçamento é com a SOF e não o DEST. O Conselheiro Rubens Rodrigues informou que juridicamente existe manifestação da AGU, Jurídico do MAPA e da Conab, Diretoria Colegiada, sendo, o único impedimento, à aprovação pelo Conselho de Administração. Precisa uma definição de qual o encaminhamento será dado ao processo. As gestões necessárias precisam ser realizadas junto aos órgãos competentes. Sem isso o processo não evoluirá. Esse encaminhamento será discutido junto ao Conjur/MAPA. E nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Luiz Antônio de Castro, Chefe do Gabinete Substituto da Presidência, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.


JOSÉ GERARDO FONTELLES
Presidente


ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR
Conselheiro


NERI GELLER
Conselheiro


RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheiro


CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Conselheiro


LUIZ ANTÔNIO DE CASTRO
Secretário